

A D E F E S S A

3ª FAES

NÚMERO 736

MAIO DE 1987

PROPRIÁ - SERGIPE

BISPOS REUNIDOS EM ITAICI CONTEMPLAM A IGREJA DO BRASIL



Bispos da CNBB: pela democracia participativa

De fato, lá de Itaici, no interior de São Paulo, a gente pode ter mesmo uma visão geral da Igreja Católica no Brasil. Mais de trezentos Bispos reunidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) rezam, estudam, conversam, discutem, analisam e tiram conclusões. São pessoas desejosas de tudo fazer para que o Reino de Deus cresça no meio de nós. São Pastores que, se preciso for, darão as vidas por suas ovelhas. O ambiente é de confraternização. Nem todos conhecem todos, porque o número é muito grande e a cada ano entram para o grupo dos Bispos novos elementos.

Mas é tudo como se fosse gente de uma só família. Não se diferencia um bispo de um cardeal, nem um padre de um bispo. São todos irmãos. São todos comprometidos com a mesma causa. São todos movidos pelo mesmo ideal. Todos têm um só objetivo: que Cristo seja cada vez conhecido entre nós, neste grande país, que é de fato a Terra da Santa Cruz.

E é formidável a gente sentir como de sul a norte e de

leste a oeste, o evangelho de Cristo vai penetrando pouco a pouco pela graça de Deus. Porque, hoje como ontem, vale ainda a palavra de São Paulo: "Eu plantei, Apolo regou, mas foi Deus quem fez crescer" (I Cor. 3,6).

Esta foi a 25ª Assembléia, ou seja, a Assembléia nº 25, desde a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no Rio de Janeiro. Um grande acontecimento, portanto.

Desde então, os Bispos do Brasil começaram a pensar na necessidade de uma Pastoral organizada, isto é, devidamente planejada e executada com garra e perseverança. A religião do Povo do Brasil estava a exigir essa medida, a fim de que se aprofundasse cada vez mais a fé no coração de todos.

A Conferência foi ganhando a confiança de todos, a começar dos padres até o mais distante entre os fiéis. Não se trata de uma organização política. É uma organização de cunho profundamente evangélico e pastoral.

E pode-se imaginar o quanto

lucrou em união, segurança, objetividade e eclesialidade o episcopado Brasileiro.

Hoje, sem exagero algum, a CNBB desfruta de um grande prestígio em todo o mundo católico. Sua organização se aprimorou com o passar do tempo. Sua influência entre as classes dirigentes é inegável. Explico-me: não no sentido de interferir na classe dirigente, nem de longe. Mas no sentido de que sua palavra, seus documentos, suas diretrizes são objeto de reflexão e ponderação.

Assim, nessa 25ª Assembléia a CNBB fez como que uma análise de si mesma e entrou numa fase nova de planos e ações condizentes com as necessidades do momento.

A sua frente, está Dom Luciano Mendes de Almeida, como Presidente; Dom Paulo Ponte, como Vice; e Dom Celso Queiroz, como Secretário. Outros Bispos, mais de doze, ocupam outros cargos na entidade.

A CNBB reafirmou sua vontade decidida de continuar na linha que vinha seguindo, empenhando-se cada vez mais na união da Igreja Católica no Brasil, ao mesmo tempo em que procurará estreitar seus laços com outras confissões cristãs, com as quais, aliás, já forma um Conselho, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

Como Assembléia que representou a vigésima quinta da entidade, a de 1987 ficará na história como sendo uma das mais importantes que se realizaram. A CNBB já está eficientemente estruturada e desempenha na Igreja Católica do Brasil um papel providencial.

Deus seja louvado!

+ José, Bispo de Propriá

"É PELAS RUAS DA CIDADE QUE SE CONHECE O PREFEITO"

Aos velhos adágios populares - "É pelas ruas da cidade que se conhece o prefeito" - os moradores de Propriá, com um pouquinho de imaginação, poderiam juntar outros tantos:

"Temos um prefeito que alimenta sonhos arcades." "Não há adjetivos para o substantivo Propriá."

E não poderia ser diferente, afinal, se alguém reparar nos bairros, chegará às seguintes conclusões: "Propriá, cidade do lixo, dos esgotos correndo nas ruas, da pobreza, do desemprego, das pocilgas entre as casas, da falta de terra para os lavradores." É, na verdade, um cartão postal em nada atraente, mas, que confirma a péssima reputação que a cidade vem adquirindo a cada ano.

Diante desse abandono e do descaso com que nosso prefeito "administra" a cidade, os moradores tentaram se organizar visando a uma solução para os problemas. Como se sabe, nada se conseguiu até agora.

Coincidindo com a luta dos moradores dos bairros, uma categoria profissional tem se organizado: são as professoras do município. Pois a administração atual, também não tem o menor compromisso com a educação. É fácil comprovar isso pelo salário imoral que paga as professoras, pelas péssimas condições materiais de trabalho, pela falta de pessoas com visão pedagógica para certas funções, pela falta de aperfeiçoamento.

O Sr. prefeito e sua cúpula, numa primeira reunião em a categoria, mostraram-se interessados em atender as diversas reivindicações. Numa segunda vez, revelaram-se irredutíveis e indiferentes. Alguns vereadores chegaram a arrotar valentias. Existem ameaças de demissões.

Apesar da luta, até o momento, não ser vitoriosa, as professoras estão firmes. Só assim poderão enfrentar essa engrenagem que está aí.

Da luta dos moradores dos bairros e das professoras, retiramos algumas constatações: o sr. prefeito não é uma autoridade confiável, na sua administração, há resquícios de uma política ultrapassada; o outro aspecto é que ele tem infirmado na prática tudo o que prometeu cumprir, o que significa cair no populismo e na descrença.

As professoras, serventes, merendeiras e a comunidade, agora mais que nunca, precisam estar organizados. É a decepção de um eleitorado que votou maciçamente e em troca recebe uma cidade trancada a chaves.

SEM TERRA REIVINDICAM DESAPROPRIAÇÃO

Lavradores sem terra dos municípios de Malhada dos Bois, Aquidabã, Muribeca e Cedro de São João, entregaram um abaixo-assinado ao INCRA, com 477 assinaturas, reivindicando a imediata desapropriação da fazenda denominada de "O PEDRO", situada em Malhada dos Bois (SE). Os trabalhadores rurais destes municípios sergipanos, não que rem continuar submetidos à exploração por parte dos grandes fazendeiros da região ou tendo que trabalhar como assalariados no plantio da cana.

Os sem terra denunciam que estão impossibilitados de colocar roças nas fazendas circunvizinhas; que o plantio da cana se alastra cada vez mais na região, deixando cada vez menos lugar para a agricultura de subsistência; que estão sendo obrigados a se deslocar

para Neópolis, Japoata e outros municípios, para trabalhar nas usinas, recebendo uma diária de 50 cruzados, sujeitos a todo tipo de violência e exploração; que por falta de terra para trabalhar a fome está reinando na região; e que até hoje aguardam as promessas e a volta do INCRA a Malhada dos Bois.

A comissão formada de 22 lavradores sem terra, quando esteve na sede do INCRA em Aracaju, para entregar o abaixo-assinado, foram informados por um técnico daquele órgão, que a desapropriação da fazenda, pleiteada pelos sem terra, já estava prevista mesmo antes da aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Este mesmo técnico, conhecido por Valdir, declarou que o INCRA recebeu a

tê a verba destinada a desapropriação desta fazenda em Malhada dos Bois e que o dinheiro foi desviado para atender a urgências de outras áreas em conflito.

O Dr. Manoel Hora, delegado regional do INCRA, se comprometeu com a comissão dos sem terra de Malhada dos Bois, de enviar até o final do mês uma equipe de técnicos para fazer a vistoria na fazenda "O Pedro" e em outras da região.

Esta organização dos sem terra envolve mais de 400 famílias, de quatro municípios e infelizmente não contam com a ação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, pois os seus presidentes estão mais comprometidos com fazendeiros, do que com os trabalhadores rurais sem terra, que lutam pela Reforma Agrária.

CONSTITUINTE:

ARTICULAÇÃO NACIONAL PARA EMENDAS POPULARES



O Artigo 24 do 'Regimento Interno da Constituinte' permite que o eleitor brasileiro participe na redação da futura Constituição, assinando até três propostas populares de emenda ao projeto de constituição, com nome legível, endereço e número, seção, zona e município de seu título de eleitor, sem nenhum erro (rasura).

Cada 'proposta popular' deve ser subscrita por 'três entidades' com personalidade jurídica devidamente registrada, contendo 30 mil assinaturas.

Os bispos do Brasil, reunidos em Itaici, no final de abril passado, pedem ao povo e as organizações católicas que usem esse espaço, que está à nossa disposição.

A fim de articular a mobilização de todo o país em torno das 'emendas populares' para a assembleia nacional constituinte, reuniram-se em Brasília cerca de '22 entidades' de caráter nacional, inclusive a Conferência dos Bispos. O resultado desse encontro foi marcar uma nova reunião em Brasília, nos dias 26 e 27 de maio, das 9 às 17 horas, no 'anexo II' da Câmara dos Deputados, na sala em frente ao 'Auditório Neréu Ramos', para recolher as sugestões de propostas populares já existentes e verificar as questões importantes que ainda não foram objeto de propostas, para que não haja trabalho paralelo nas propostas de emendas e se organize uma mobilização unificada para coleta de assinaturas. Marcaram o lançamento nacional desse movimento para o dia 3 de junho próximo, criando-se, talvez, uma coordenação.

A 25ª Assembleia Geral da CNBB, realizada em Itaici, no mês de abril último, apoiou, com votação em plenário, três 'propostas de emenda' já elaboradas.

I- A proposta do 'Plenário Pró Participação Popular na Constituinte' sobre a criação de instrumentos para a participação do povo numa democracia

participativa.

2- a proposta da 'Campanha Nacional pela Reforma Agrária', sobre a Reforma Agrária e política agrícola.

3- A proposta do 'Conselho Indigenista Missionário', sobre os direitos das populações indígenas. Além disso, os Bispos tiveram consenso sobre '20 artigos' para que fossem emendas na nova constituição, solicitando que a Presidência da CNBB escolhesse os assuntos que não coincidem com propostas de outras instituições e redigisse as emendas na forma exigida pelo 'Regimento Interno da Constituinte' e as enviasse em listas já impressas a todas as dioceses do Brasil para uma campanha nacional de coletas de assinaturas.

A Comissão da CNBB para 'acompanhamento da Constituinte' preparou 'quatro propostas de emenda' ao projeto de constituição, a partir dos '20 artigos' aprovados na assembleia dos Bispos. Cada proposta tem o texto articulado para ser incluído onde couber na constituição brasileira - traz uma justificativa baseada no documento da CNBB, "Por uma Nova Ordem Constitucional" - indica as três entidades que subscrevem a proposta - deixa espaço para o 'apoio' de outras entidades que quiserem subscrever, reforçando a emenda - com espaço para o endereço do eleitor e os dados de seu título. Cada 'formulário' tem espaço para 14 assinaturas'. Estes formulários foram impressos e enviados para todas as dioceses e Regionais de CNBB na quinta-feira, 14 de maio, para que sejam multiplicados pelas dioceses e regionais, e sejam assinados devidamente pelos eleitores. Um eleitor pode assinar, 'unicamente', até três propostas somente e sem erro algum (sem rasura). Até 15 de julho próximo (se a data não for modificada) estes formulários deverão ser devolvidos para a sede nacional da Conferência em Brasília.

METAS DE AÇÃO PELO MENOR

A Campanha da Fraternidade deste ano nos apresenta a criança que nasce, como a esperança do povo e certeza da presença de Deus no seu meio. Mostra o Menor empobrecido como vítima da forma como a sociedade está organizada hoje. Denuncia como injusta e pecaminosa a posição daqueles que praticam o extermínio dos Menores marginalizados para impedir o crescimento de futuros marginais ou optam pelo aborto para impedir o "excesso de população". Propõe como metas de ação em favor do Menor: que a vida das crianças seja a prioridade máxima da nação; que toda criança possa conviver com seus pais; tenha uma família; tenha garantidos seus direitos de segurança afetiva, alimentação, saúde, educação, lazer e preparação para o trabalho. Denuncia as migrações forçadas; o ge-

nocídio infantil; o comércio de crianças; a discriminação racial; a prostituição de Menores; a exploração do Menor como mão-de-obra barata; todas as formas de violência; "casas de reeducação"; o arbítrio da polícia; a omissão da Justiça de Menores. Por isso, a Campanha da Fraternidade-1987 quer corajosas transformações estruturais: primazia do trabalho sobre o capital; política que favoreça as minorias; organização política independente do poder econômico; fortalecimento dos Estados e Municípios; reforma agrária e reforma urbana; habitação e saneamento; alimentação popular; garantia de emprego e salário real; transporte; acesso de todos aos Meios de Comunicação Social; nova política do Bem-estar do Menor. Essas são as grandes metas para a libertação do Menor.

CRITÉRIOS EVANGÉLICOS DE AÇÃO

A Campanha da Fraternidade nos coloca diante da realidade e de Deus, exigindo caminhos de libertação do Menor, com motivos teológicos e pastorais. Importa assumir a ação libertadora do Menor por três razões teológicas: (1) - Conversão ao Senhor, que se revela na Bíblia, na Igreja, nos acontecimentos e no rosto dos pequenos. Essa conversão deve mudar o relacionamento das pessoas e das comunidades com o Pai, pelo Filho no Espírito Santo; (2) - Conversão à fraternidade libertadora, porque é preciso passar pelo outro para se chegar a Deus, Deus privilegia sua presença no empobrecido. Por isso, nosso compromisso libertador se enquadra no projeto de salvação do Pai; (3) - Conversão à Comunidade, pois Deus nos quer povo, fazendo interdependentes e complementares. De-

vemos ser conforme sua imagem trinitária e comunitária.

Além desses critérios teológicos, a Comunidade deve estar atenta aos critérios pastorais de: consciência crítica, que situe a pastoral do Menor no contexto sócio-econômico-político e religioso; ação libertadora, que coloque o Menor como pessoa e sujeito da história; ação participativa, que envolva a todos; ação dinâmica de processo e não de episódios; ação comunitária, criando laços de solidariedade; ação organizada, integrada, política e comprometida. Pois optar pelo Menor é optar pelo empobrecido, lutar por uma nova ordem social e dispor-se a trabalhar com o povo. Assim, estaremos acreditando no Deus da vida e seguindo Jesus de Nazaré, que acolheu as crianças.

Vamos agir!

ASSEMBLÉIA PAROQUIAL DE PRÓPRIÁ

Realizou-se em Propriá (SE), nos dias 25 e 26 de abril do ano em curso, a 2ª Assembleia Paroquial, com a participação de 90 representantes das Comunidades, tendo como tema, "Moradores organizados vida nova nos bairros".

Os presentes avaliaram os trabalhos realizados desde a última assembleia, e constataram que ocorreu um avanço do trabalho nos bairros, principalmente a luta reivindicatória, junto à Prefeitura Municipal, visando melhoria para os bairros, como: coleta de lixo, rede de esgoto, calçamento das ruas e a retirada das pocilgas das áreas residenciais.

Constatou-se que o caminho para a organização dos moradores em cada bairro da cidade, seria a criação de Associações de Moradores. Para isso foi criada uma comissão com o objetivo de debater amplamente esta proposta de associação de moradores nos 12 bairros de Propriá.

Para atender a necessidade de haver uma melhor coordenação pastoral, foi criado um Conselho de Pastoral Paroquial formado por 2 representantes de cada setor pastoral existente na paróquia (Pastoral de Saúde, Pastoral da Terra, Mutirão, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Liturgia e Catequese) e a Equipe de Agentes de Pastoral.

DESENCANTO

Vejo em ti, ó povo,
sinais de cansaço
e desencanto
e teu sorriso
ainda está oculto
entre o apito da fábrica
e o latifúndio

Vejo que vais em silêncio.
É noite ainda na várzea
e na cidade.
Caminhas entregue a teus cuidados.

Mas vejo também
que a esperança
insiste em brincar
nos teus olhos
numa lição de amor e resistência
(Já não vais em silêncio)

É entre a dor
e a força das canções
Vão rebentando
girassóis em flor.

Genivaldo

01.05.87

EXPEDIENTE

Registro no Livro 7, fls. 121, Nº 255, a 08/10/1941.

Cartório do 10º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, em Aracaju.

Órgão Informativo da Diocese de Propriá.

Diretor Responsável: D. José Brandão de Castro.

Equipe de Redação: Carmelita, Lourival Junior e Hildebrando Maia.

Redação: Pça. Rodrigues Dória, 73.
49900 Propriá Se

Tiragem: 1000 exemplares.

Assinatura:
Dentro da Diocese Cz\$ 20,00
Fora da Diocese: Cz\$ 50,00
Apoio:..... Cz\$ 80,00

BIBLIA E VIDA



NÓS PREGAMOS O CRISTO CRUCIFICADO

A cruz faz parte da sua vida de fé. Você faz o sinal da cruz. Você vai à igreja e vê a cruz sobre o altar. No cemitério, você observa a cruz sobre as sepulturas. Você tem uma cruz no seu quarto, sobre a cabeceira de sua cama. Você, quem sabe, até carrega uma cruz de prata ou de ouro pendurada no pescoço. Afinal, você é cristão, e a cruz é o símbolo dos cristãos.

Mas você já parou para pensar que a cruz é um instrumento de tortura? Tem sempre em mente que o crucificado teve as mãos e os pés varados por e normes cravos? E que ficou lá dependurado muito tempo, depois de açoites e humilhações, para ir morrendo aos poucos, enquanto muitos assistiam divertidos ao espetáculo? E que morreu na cruz, mas era Deus, e, que, portanto, Deus mesmo lá morreu crucificado?

É isso! Os cristãos trouxeram um aparelho de tortura para dentro do santuário, e o colocaram sobre o altar. Trouxeram o mundo de injustiça e sofrimento para dentro do sagrado. Dessacralizaram o que era santo, e tornaram santo o que não era. E certamente não o fizeram, porque a cruz era bonita. Fizeram-no para denunciar a cruz, para tornar pública a morte lenta e dolorosa de tantas pessoas, enquanto outras se divertem.

Faça uma experiência! Imagine um "pau-de-arara", aquele pau atravessado entre as dobras de braços e pernas amarradas, a fim de pendurar de cabeça para baixo uma pessoa qualquer, suspeito de qualquer coisa, para obter-lhe uma confissão, e imagine esse "pau-de-arara" sobre o altar! Ou então

SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ REALIZAM PASSEATA

As professoras, serventes e merendeiras da rede municipal de ensino de Propriá, fizeram no dia 15 deste mês, uma passeata de protesto, com o objetivo de denunciar o salário que elas recebem, que é de apenas Cz\$ 300,00 mensal, em média.

Estes servidores do município estão reivindicando um salário de Cz\$ 2.000,00 mensais, carteira assinada, 13º salário, readmissão dos demitidos e melhoria das condições físicas das escolas.

Estiveram presentes na passeata os deputados estaduais Marcelo Deda e Marcelo Ribeiro (PT), Dom José Brandão de Castro, Bispo Diocesano, representantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Propriá, da APMESE (Associação do Magistério de Sergipe), cinco vereadores da Câmara local e o Vice-Prefeito Erasmo Rodrigues. Foi impressionante o apoio e a solidariedade dos pais dos alunos e da população da cidade, para com o movimento reivindi-

substitua a cruz por aqueles porretes com que policiais bateram até à morte naquele menino que havia roubado um pincel (E certamente havia uma cruz na parede daquela delegacia.) Ou ponha sobre o altar os revólveres e espingardas que mataram Margarida, Josimo e tantos outros. Coloque ali a cruz dos sem-terra da Fazenda Annoni, com suas faixas pretas e brancas a lembrar os mortos e os nascidos. Coloque ali a cruz dos famintos, dos desempregados, dos expropriados, das mulheres, das crianças abandonadas.

Aí, talvez, você começará a entender como é cruel a cruz. E ouvirá constantemente, ao observá-la, aquele grito horrendo, carregado de dor e de impotência: "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?" E então você verá o Deus pregado à cruz, identificado com todos os torturados, explorados e expropriados deste mundo. Ali, naquela cruz, estão todos eles, porque, na cruz Deus mesmo está definitivamente com eles.

E muito melhor, você perceberá que a Ressurreição de Jesus foi a palavra definitiva de Deus contra todas as cruzes do mundo. Por não querer a cruz para ninguém, Deus mesmo fez seu Filho ser pregado nela. E quis com essa cruz acabar com todas as outras cruzes.

E ao celebrar a Páscoa, não apague a cruz. Não esqueça que ela ainda está aí, por toda a parte. E só há Páscoa, quando a cruz foi superada. E que é preciso superar a cruz, para que a Páscoa, exista. E celebre sua Páscoa na esperança de que um dia não haverá mais cruzes, porque Deus mesmo já lhe decretou o fim.

Nós pregamos o Cristo Crucificado. Por isso, sempre que você fizer, olhar ou carregar este sinal da cruz, veja, carregue e faça a luta em favor de todos os crucificados da vida, a luta pela Páscoa, a luta pela Ressurreição.

Carlos A. Dreher
CEBI
C.P. 471
93.001 - S. Leopoldo
RS.

catório destes servidores do município.

Nesta ocasião foram denunciadas as ameaças, pressões e perseguições que muitos servidores estão sofrendo por parte dos assessores do Prefeito. Também foi denunciado o descaso do Prefeito Luís de Medeiros Chaves para com estes servidores do setor de Educação do município.

A passeata acabou se transformando na mais pura expressão do descontentamento do povo propriense com a atual administração, uma vez que na cidade a coleta do lixo não está sendo feita em alguns bairros e na maioria dos mesmo não existe rede de esgoto.

Após a passeata instaurou-se um clima de terror, pois alguns servidores foram demitidos e outros estão sendo coagidos, por terem democraticamente expressado a sua insatisfação participando da passeata.

REDE MULHER PREPARA PROPOSTAS PARA CONSTITUINTE

Os grupos e entidades de mulheres dos setores populares de todo o Brasil, que formam a Rede Mulher, elaboraram um manifesto com suas propostas para a constituinte.

Trata-se de um importante documento, produto de intensa reflexão e discussão das mulheres brasileiras, tendo como objetivo apontar para a necessidade fundamental de participar na elaboração da nova constituição brasileira. Estas propostas foram tiradas como conclusão do projeto NÓS E A CONSTITUINTE durante o ano de 1986.

Para a redação foram consultadas as propostas do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e as propostas gerais elaboradas pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte.

Segue abaixo o Manifesto da Rede Mulher.

Como cidadãs brasileiras, representantes de mais da metade da população deste país, fazemos nossas as propostas e reivindicações gerais dos homens e mulheres dos setores oprimidos da população:

- Garantir o direito a todos os cidadãos e cidadãs à terra, trabalho, moradia, educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através da Reforma Agrária, Reforma Urbana e Reforma Administrativa do Estado.
- Criminalizar a prática de tortura, da discriminação racial, sexual, ideológica e religiosa, bem como as ações que prejudiquem o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais do país.
- Proibir o uso dos recursos públicos na indústria armamentista.
- Garantir a soberania nacional.

Como cidadãs brasileiras propomos as seguintes emendas a nova Constituição Nacional:

DO TRABALHO

Artigo... É assegurado pelo Estado o direito ao trabalho remunerado dignamente e a estabilidade do seu exercício sem discriminação de sexo, idade, estado civil, número de filhos, cor ou etnia.

§ É proibida a diferença de salários para um mesmo trabalho.

Art... São reconhecidas pelo estado as profissões de empregada doméstica e de trabalhadora rural, devendo ser assegurados todos os direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais.

DA EDUCAÇÃO

Artigo... A educação obedecerá aos seguintes princípios:

- I. Garantia de igualdade de acesso à educação para mulheres e homens.
- II. Eliminação de qualquer forma de discriminação sexual.
- III. Respeito ao pluralismo étnico e cultural do povo brasileiro.

DA SAÚDE

Artigo... Compete ao Estado:

- I. Prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher nas diferentes fases da sua vida.
- II. Garantir a mulheres e homens o direito de determinar livremente o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva em contrário, pelo poder público ou por entidades privadas.
- III. Assegurar o acesso à educação, à informação e ao uso dos métodos contraceptivos adequados à saúde.

DA TERRA

Artigo... É assegurado à mulher e ao homem, independente do estado civil, o direito à posse e ao título de propriedade da terra.

DA FAMÍLIA

Artigo... A família, constituida de direito (casamento civil) ou de fato (concubinato) tem direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.

§ Além de assegurar assistência à família, a lei criminalizará a violência em todas as suas formas na constância das relações familiares e o abandono dos filhos menores.

Artigo... A mulher e o homem independente da falta e um ou outro, têm plena igualdade de direitos e deveres no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.

Artigo... É reconhecido o valor social da maternidade.

§ Único: O Estado protegerá a mãe nas exigências específicas da sua condição de reprodutora biológica e na ação, juntamente com o pai, quando à educação e responsabilidades dos filhos, garantindo os serviços públicos necessários.

DA SEGURIDADE SOCIAL

Artigo... É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais, cabendo à Saúde Pública a responsabilidade por tais serviços.

DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Artigo... É vedada a veiculação em todo e qualquer meio de comunicação formal e/ou informal, de atos ou mensagens que incitem à violência, que firam a dignidade ou que propaguem a discriminação contra a mulher.

§ É proibido o uso da imagem do corpo da mulher como objeto.

Maiores informações:

REDE MULHER
C. Postal 1803
01051 - S. Paulo - SP
tel. (011) 262-9407

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO

Os 258 bispos do Brasil, reunidos em Itaici, a 99 quilômetros de São Paulo, de 22 de abril a 1º de maio, encerraram seus trabalhos de avaliação e perspectiva da ação da Igreja no país, elegendo seu novo quadro dirigente e lançando esta mensagem, que transcrevemos na íntegra em nosso jornal deste mês.

1. Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 25ª Assembleia da CNBB, em clima de páscoa, para revisar a nossa caminhada de Igreja e traçar novas diretrizes pastorais, pensamos em nosso povo que continua hoje em sua carne a morte e a ressurreição do Senhor Jesus. Queremos compartilhar seus sofrimentos e angústias, sinais de morte, e suas alegrias e aspirações, sinais de vida nova.

No 1º de maio, dia dedicado ao trabalho e a São José Operário, nos dirigimos especialmente aos trabalhadores do campo e da cidade, as maiores vítimas da situação difícil e dolorosa que ora vivemos. O 1º de maio lembra a solidariedade da classe operária e o chamado de solidariedade para com os trabalhadores e deve a todos convencer de que o trabalho é a fonte única de onde procede a riqueza das nações (Leão XIII, "Rerum Novarum" - nº 51) "Uma Chave", provavelmente a chave essencial de toda questão social. (João Paulo II, "Laborem Exercens" nº 3) segundo os critérios de fé, como pastores, procuramos discernir a voz do Espírito através dos clamores do povo nos acontecimentos da História.

2. Em data recente, o povo mobilizou-se contra a inflação por ocasião do plano cruzado, sentindo-se corresponsável pela construção de novos caminhos. Contudo, seus anseios transformaram-se em frustrações. Pois ao invés de mudanças solenemente prometidas, o imobilismo e as indefinições no plano sócio-político e econômico vem gerando incertezas e perplexidades, agravando os problemas, entre os quais queremos destacar os seguintes:

- A miséria assustadora em todo o país, forçando migrações que produzem verdadeiras inchações tanto nas cidades como nas novas fronteiras agrícolas.
- A sucessão de escândalos e corrupções, e a impunidade dos seus responsáveis.
- A política salarial que mantém no país um dos salários mais baixos do mundo.
- O aumento abusivo dos preços, com a inflação supostamente incontrolável.
- O crescimento do desemprego, fruto da recessão econômica, ao lado do empreguismo, fruto do clientelismo político.
- A volta das altas taxas de juros.
- A violência crescente contra lavradores, posseiros, sem terra e índios que lutam pela terra.
- A repressão ostensiva a greves e iniciativas populares que reivindicam aumentos sa-

lariais ou lotes para moradia ou preços justos para os produtos dos pequenos agricultores.

3. Renovamos o nosso compromisso pastoral e evangélico de apoio solidário a todos os que buscam soluções para esses graves problemas.

- É preciso que a justiça social se faça presente em nossa pátria e seja a base dos planos econômicos, políticos e sociais.
 - É imperioso que sejam tomadas medidas para redistribuir a riqueza nacional, pois não podemos continuar sendo a 8ª economia mundial e um dos maiores bolsões de miséria absoluta do mundo.
 - É urgente controlar as taxas de juros e lucros, superar o escandaloso desnível de salários e cobrar rigorosa devolução do adquirido em corrupções e negociatas.
 - É inaceitável que grande parte da riqueza nacional indisponível para o nosso desenvolvimento seja transferida aos países ricos em forma de juros extorsivos ou de lucros exorbitantes.
 - Parece inadivável uma auditoria sobre a dívida externa e uma negociação baseada na solidariedade entre os povos e não na dominação de uns sobre os outros. (Comissão Pontifícia Justiça e Paz, "A Serviço da Comunidade Humana" I,1).
 - É necessário que todos tenham acesso a informação exata sobre a situação do país, para efetiva participação na superação dos graves problemas nacionais. Daí a responsabilidade do governo e dos meios de comunicação social dizerem a verdade.
 - É legítimo o anseio do povo por um governo realmente democrático. Seria grave equívoco admitir que a ordem e a segurança sociais só se alcançam pelo poder da força. A verdadeira ordem e segurança tem sua base na participação política do povo, na melhoria da alimentação, da moradia, da saúde, da educação no acesso à terra e ao trabalho com salário justo, ao lazer e à cultura, no crescimento da solidariedade e na liberdade de celebrar a fé.
 - Os trabalhos do atual Congresso Constituinte, sobre o qual já nos pronunciamos reiteradas vezes, constituem uma esperança de embasamento legal para as reformas sociais reclamadas pelo povo.
4. Expressamos à classe trabalhadora o nosso compromisso de solidariedade, em sua luta por salário justo, direito de greve, organização sindical livre e autônoma, reconhecendo a primazia do trabalho sobre o capital.
5. Cristo, Senhor da História, esta conosco, e a ele por intercessão de Nossa Senhora A parecida, confiamos a superação de nossas angústias e a realização de nossas esperanças. Aproveitamos por unanimidade. Itaici, município de Indaiatuba, São Paulo, 30 de abril de 1987.

C.D.D.H. DENUNCIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PROPRIÁ

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da cidade de Propriá, vem tornar público o seu repúdio a atitude de descaído do Sr. Prefeito Luiz de Medeiros Chaves, para com o movimento reivindicatório das professoras, serventes e merendeiras deste município.

Estes servidores percebem um salário mensal de Cz\$300,00. A maioria não tem carteira assinada e nenhuma recebe o 13º salário. Em assembleia com professoras, serventes e merendeiras o prefeito Luiz Chaves prometeu atender a todas as reivindicações. Numa segunda reunião, negou tudo o que havia prometido. Enquanto esses servidores municipais ganham menos de 1/4 do salário mínimo, o Prefeito Municipal de Propriá recebe, em média, vencimentos de Cz\$ 74.000,00.

O C.D.D.H. denuncia as seguintes falhas administrativas:

- A coleta de lixo não está sendo feita nos bairros pobres e, no centro da cidade, é feita de modo deficiente. Em todos os bairros faltam redes de esgoto enquanto inúmeras pocilgas, construídas entre residências, exalam mau cheiro e ameaçam a saúde do povo.

- As ruas apresentam um aspecto deprimente: ou estão cheias de buracos ou cheias de lixo acumulado.

- Em alguns bairros, 80% das casas não possuem fossas

sanitárias ou até mesmo uma simples privada.

Os moradores organizados em caminharão inúmeros abaixo-assinados exigindo providências para a resolução dos citados problemas mas não obtiveram qualquer resposta. Mesmo após frequentes idas das comissões de moradores à Prefeitura Municipal.

Diante da insensibilidade do Prefeito Municipal, Sr. Luiz de Medeiros Chaves, a tão graves problemas que afligem toda a comunidade, esperamos contar com o apoio de toda a sociedade. Para isso, solicitamos, aos que receberem esta denúncia, que enviem telegramas para os endereços abaixo. É uma forma de solidariedade com os sofridos moradores dos bairros pobres e abandonados e com a luta dos servidores municipais empenhados em obterem melhores condições de sobrevivência.

Propriá, 11 de maio de 1987

Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Endereços:

Prefeitura Municipal de Propriá
Av. 7 de setembro, 37
49.900 - PROPRIÁ - SE

Câmara Municipal de Propriá
Av. Graccho Cardoso
Anexo ao Fórum
49.900 PROPRIÁ-SE

CARTA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ

Professoras, serventes e merendeiras da rede Municipal de Ensino da cidade de Propriá-SE, por meio desta, queremos expor à sociedade sergipana e a todos os amigos de nossa causa, a situação em que nos encontramos:

1. Nosso salário mensal é de Cz\$ 300,00, em média; na maioria dos casos não temos carteira assinada e não há recolhimento do F.G.T.S.
2. Nossas condições de trabalho são precárias; há escolas em que não há nem mesmo água encanada. Trabalhamos sob pressões, ameaças e demissões injustas.
3. Enquanto ganhamos um salário míngua, existem pessoas que recebem do município, sem trabalhar. Há casos de pessoas que moram fora de Propriá e que recebem altos salários. Os que trabalham pela Fundação Educar (Projeto PEI) estiveram sem receber seus salários por mais de quatro meses. Os dois filhos da Secretária de Educação recebem, mensalmente, mais de Cz\$ 2.000,00 cada um.

No dia 23 de abril foi realizada nossa primeira assembleia com o Sr. Prefeito Luís de Medeiros Chaves, seus secretários e alguns vereadores. O Sr. Prefeito prontificou-se a atender a todas as nossas reivindicações. Prometeu fazer um levantamento da situação econômica da Prefeitura e da existência de funcionários fantas-

mas. Afirmou que readmitiria os demitidos e marcou uma outra assembleia para o dia 6 de maio, quando seria anunciado o nosso salário.

Nesta segunda assembleia, o Sr. Prefeito negou todos os compromissos assumidos na primeira e fez do Dr. Zeca, advogado da Prefeitura, o seu porta-voz. Não vimos o levantamento da situação econômica da Prefeitura mas, o Dr. Zeca argumentou que é por falta de verbas que a Prefeitura não tem condições de pagar nem o salário mínimo.

Causou-nos estranheza a atitude hostil do Dr. Zeca, do vereador Ivan Britto e do Sr. José Benjamim, secretário de finanças, que, durante esse 2º encontro, incitavam o Sr. Prefeito a manter a situação de injustiça de que somos vítimas.

O que queremos apenas é um salário mensal de Cz\$ 2.000,00, carteira assinada, estabilidade de no emprego, horário corrido para serventes e merendeiras, 13º salário, FGTS, melhorias das condições físicas das escolas, melhor distribuição dos alunos em sala de aula, readmissão dos demitidos e que se acabe com o clima de pressões e ameaças praticadas por 2 diretores e pela Secretaria de Educação.

Pedimos, por isso, seu valioso apoio para que possamos conseguir nossas justas reivindicações.

Propriá, 12 de maio de 1987

Comissão das Professoras, Serventes e Merendeiras da Rede Municipal de Ensino de Propriá.